

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

ASSESSORIA TÉCNICA COM INTERFACES

SESSÃO TEMÁTICA: MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: COMO OS
ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÃO
AVANÇANDO?

Ana Paula Baltazar
Escola de Arquitetura da UFMG
baltazar.ana@gmail.com

Silke Kapp
Escola de Arquitetura da UFMG
kapp.silke@gmail.com

ASSESSORIA TÉCNICA COM INTERFACES

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese das investigações teórico-práticas relativas à assessoria técnica levadas a cabo pelos grupos de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) e LAGEAR (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica) da Escola de Arquitetura da UFMG desde 2004. Na primeira parte, de caráter mais teórico, exploraremos alguns conceitos fundamentais para a discussão do tema, principalmente distinguindo assistência de assessoria. Na segunda, apresentamos cinco situações concretas de assessoria com diferentes grupos sociais e em escalas e circunstâncias diversas, usando os conceitos anteriormente apresentados para discuti-las. Finalmente discutimos as diretrizes da assessoria em cada caso a partir da mediação que promovemos (com interfaces ou com a presença de agentes externos), mostrando os limites do que fizemos até agora e a necessidade de desenvolvimento de um método de assessoria.

Palavras-chave: Assessoria técnica. Assistência técnica. Interfaces.

TECHNICAL ADVISORY WITH INTERFACES

ABSTRACT

This paper presents a synthesis of theoretic-practical investigations related to technical advice undertaken since 2004 by the research groups MOM (Living in Other Ways) and LAGEAR (Graphics Laboratory for Architectural Experience) at the School of Architecture of UFMG. In the first part, more theoretical, we explore fundamental concepts for the discussion of the subject, mainly distinguishing assistance from advisory service. In the second part we present five concrete cases of advisory service for different social groups in diverse spaces, using the already introduced concepts to discuss them. We finally discuss the guidelines of the advisory service in each case from the mediation they promote (with interfaces or with the presence of external agents), showing the limits of what we have done so far and the need to develop an advisory method.

Keywords: Technical advisory. Technical assistance. Interfaces.

1. ASSESSORIA VERSUS ASSISTÊNCIA

Por que insistimos em falar de *assessoria* se, cada vez mais, instituições públicas e privadas vêm adotando a expressão *assistência* técnica? Como se sabe, a Lei 11.888, sancionada em 2008 para garantir serviços gratuitos de arquitetura, urbanismo e engenharia, chama-se *lei de assistência técnica*, enquanto o termo *assessoria* era usual nas primeiras situações de contratação de arquitetos por movimentos sociais na década de 1990 (notadamente em São Paulo com a criação do coletivo Usina e em Ipatinga na gestão do prefeito Chico Ferramenta). Sem entrar em longas explanações históricas, vale lembrar que essas situações, bastante inovadoras naquele momento no cenário brasileiro, se inspiravam na prática das cooperativas habitacionais uruguaias, que se referem ao trabalho de arquitetos e outros profissionais como *asesoramiento técnico* (cf. Nahoum, 2008). Por outro lado, nossa lei de assistência técnica se inspirou no Sistema Único de Saúde e em outros ramos da assistência social. A terminologia deixa entrever o caráter assistencialista e missionário que a perpassa e que aqui queremos contrapor.

O filósofo social Ivan Illich abordou a questão numa palestra de 1968, intitulada “Ao inferno com as boas intenções”, dirigida a voluntários norte-americanos em missão de ajuda humanitária no México. Conscientemente ou não, diz Illich, tais agentes nada mais são do que propagadores de um modo de vida que torna as populações tidas por subdesenvolvidas dependentes de instituições (mercado, indústria, assalariamento, educação escolar etc.) das quais até então não precisavam e nas quais sempre ocuparão posições inferiores. E ele faz um apelo aos voluntários: “venham para ver, venham para escalar nossas montanhas e apreciar nossas flores [...], mas não venham ajudar” (Illich 1968).

Algo semelhante poderia ser dito a arquitetos e urbanistas que decidem se engajar socialmente, para arrefecer o mal-estar acerca de seus próprios privilégios e lutar pelo acesso das “famílias de baixa renda” (a expressão é da Lei 11.888) a serviços e produtos análogos àqueles consumidos pelas classes de renda mais alta. Seu pressuposto é que tais itens satisfariam necessidades universais, enquanto as cidades e moradias que a população produz por conta própria seriam apenas substitutos precários ou subnormais desses mesmos itens. Tal postura preconiza a imposição da cultura do arquiteto sobre a dos supostos clientes e usuários.

Em 1990, Illich também analisou a ideologia das necessidades que subjaz tanto às missões de ajuda humanitária quanto à nossa Lei de Assistência Técnica. Inaugurada com a “Aliança pelo progresso” do presidente John F. Kennedy no início dos anos 1960, ela se consolida na operacionalização da (guerra contra a) pobreza pelo Banco Mundial na década de 1970 e na correlata indústria do desenvolvimento, que transformou populações inteiras – ou os respectivos Estados – em novos (sub)consumidores. Illich caracteriza esse processo como transmutação do *homo sapiens* em *homo miserabilis*, isto é, como uma passagem “do mito

de que podemos produzir a nós mesmos a partir da escassez” à aceitação generalizada da “condição humana como uma condição de dependência de bens e serviços” (Illich, 1990). Contra “reivindicações pessoais de liberdade, que estimulariam ações autônomas”, necessidades são “requerimentos para a sobrevivência definidos profissionalmente”. O profissional das necessidades que se tornou modelo para todos o outros é o médico, que “mais do que o paciente, sabe o que esse necessita” e “deve educar as pessoas que atende para que aceitem sua visão e obedeçam suas prescrições” (Illich, 1990). E, pior, as pessoas que não têm tais necessidades supridas de acordo com as prescrições caem em categorias para alguém do humano: suas condições são ditas indecentes, suas moradias são ditas indignas e assim por diante.

Enquanto o paradigma da *assistência* se funda nesse ideário assistencialista, a *assessoria* aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica. Numa situação ideal, os assessorados – geralmente um grupo social organizado – solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo.

Mas sabemos que não estamos na situação ideal. Muitos grupos sociais foram historicamente destituídos de seus meios de sobrevivência, perdendo a capacidade de produzir a si mesmos a partir da escassez, e passando a se submeter a contextos nos quais bens e serviços modernos – aos quais têm pouco ou nenhum acesso – representam o único padrão ‘digno’ de vida. O argumento comumente usado em favor da assistência e do assistencialismo é a dificuldade que esses grupos têm de superarem sua condição por conta própria. Contudo, há uma diferença relevante entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se adaptem cada vez melhor a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na perspectiva de que consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social (Arendt, 2011), ou, em outros termos, uma retomada *do político* (Pogrebinski, 1999). Apresentamos a seguir alguns exemplos de assessoria técnica – menos ou mais bem sucedidos – para tornar mais concretas essas diretrizes. Todos eles se baseiam, não na sequência convencional de diagnóstico e projeto, mas sobretudo na criação de procedimentos para a mediação técnica sem assistencialismo e na criação de ferramentas que chamamos genericamente de interfaces, para a mediação independente da presença do técnico.

2. PROJETO COLETIVO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SAPÉ (ASSIMETRIA ASSUMIDA)

Sapé é uma comunidade quilombola que não tinha uma demanda própria. Chegamos a ela porque queríamos aprimorar um método de levantamento sócio-espacial que vimos desenvolvendo (Kapp, 2016). Começamos nossas atividades pela realização de uma oficina de fotografia, já experimentada em outros lugares com algumas vantagens sobre entrevistas formais, questionários ou simples observações diretas: as pessoas, agrupadas por idade, gênero ou quaisquer outros critérios que considerem pertinentes, são convidadas a tirar fotos de seus espaços cotidianos, enquanto simultaneamente falam a respeito; num segundo momento, tais fotos são projetadas num espaço público, de modo que mais pessoas da comunidade as vejam e comentem. A vantagem desse procedimento é que se percebe com relativa facilidade os significados e usos que determinados espaços têm na comunidade, como foram constituídos e que contradições envolvem, porque as manifestações dos participantes acerca de uma imagem projetada (uma espécie de desfamiliarização do espaço que lhes é familiar) tendem a ser bastante espontâneas e imediatas, diferentemente do que ocorre numa entrevista.

No caso de Sapé, inicialmente apenas crianças e jovens se interessaram pela oficina, mas no momento da projeção houve grande adesão também dos adultos. Ficou claro que o espaço em disputa era o largo da igreja, onde deveria ser construído um novo centro comunitário, em substituição a uma edificação bem mais modesta já em uso para essa finalidade. O novo centro era a contrapartida de uma companhia de energia elétrica pela passagem de uma linha de transmissão nas imediações. Mas a companhia havia oferecido um equipamento padrão (salão central com quatro salinhas periféricas e dois banheiros), que ela estava implantando em muitas comunidades, apenas renomeando os cômodos segundo supostas necessidades.

Propusemos então à associação local o desenvolvimento de um novo projeto a partir de um método coletivo. Propusemos também que, em vez de codificar nosso conhecimento técnico em desenhos, desenvolveríamos interfaces com as quais os moradores pudessem interagir para compreender os condicionantes e criar seus próprios espaços. Foi feito um acordo de assessoria técnica, esquematicamente representado numa folha de A4, que previa as etapas do processo e os papéis dos envolvidos. As definições podiam ser alteradas a qualquer momento pelos moradores, mas tornavam claros os momentos de tomada de decisões. (Um dos maiores entraves dos processos participativos usuais é que os participantes não sabem quando as decisões são tomadas e os técnicos tendem a usar essa incerteza para dissipar conflitos: ora adiam polêmicas dizendo que poderão ser resolvidas mais tarde; ora as anulam dizendo que o momento de discutí-las teria sido na etapa anterior.)

Não narraremos aqui essa experiência em todos os detalhes, que são muitos e complexos, mas apenas um aspecto que se tornou particularmente importante: a valorização de conhecimentos e práticas do grupo, assumindo sua assimetria em relação aos técnicos. Os moradores de Sapé são, em sua maioria, pouco escolarizados, pouco habituados à interação com instituições e profissionais e pouco afeitos a debates. (Nossa simples presença às vezes os constrangia a ponto de quase paralisar a conversa, até que adotamos a tática de sair da sala de reunião em momentos chave; do lado de fora ouvíamos imediatamente um animado burburinho.) Por outro lado, os moradores de Sapé têm conhecimento amplo daquilo que os afeta diretamente, como os recursos naturais locais e os modos de manejá-los. Além disso são capazes de organizar grandes festas religiosas, com centenas de participantes de todos os povoados próximos, que envolvem o preparo de comida e bebida, a confecção de fantasias e adereços, a montagem de equipamentos e uma total reorganização dos espaços públicos e privados do vilarejo.

O processo de assessoria se iniciou com uma maquete física desmontável, representando o largo da igreja com todas as construções e árvores. Nela foram afixados *post-its* amarelos para registrar e localizar as atividades existentes, e *post-its* cor de rosa para atividades desejadas. Depois que percebemos que muitos participantes não eram fluentes na leitura e na escrita, fizemos ainda uma segunda versão dessa interface usando imagens (fig.1).



Figura 1 – Levantamento e localização de demandas com textos e imagens. Fonte: MOM, 2013.

A partir dessa organização, o grupo assessorado começou a imaginar demandas bastante detalhadas para possíveis edificações e espaços externos. Por exemplo, ficou evidente que o espaço livre para a procissão em torno da igreja deveria ser preservado (o que não ocorria no projeto padrão que lhes havia sido oferecido). Usando esses dados, formulamos a segunda interface: uma espécie de quebra-cabeça de usos e possíveis espaços para acomodá-los, que seria montado numa base de EVA com a marcação do largo da igreja. Esse conjunto foi fabricado em quantidade suficiente para que todas as casas da comunidade recebessem um *kit* como convite para a reunião seguinte. Distribuímos os *kits*

de casa em casa, e, embora alguns deles não tenham sido usados, a adesão a essa reunião foi muito mais expressiva do que às anteriores.

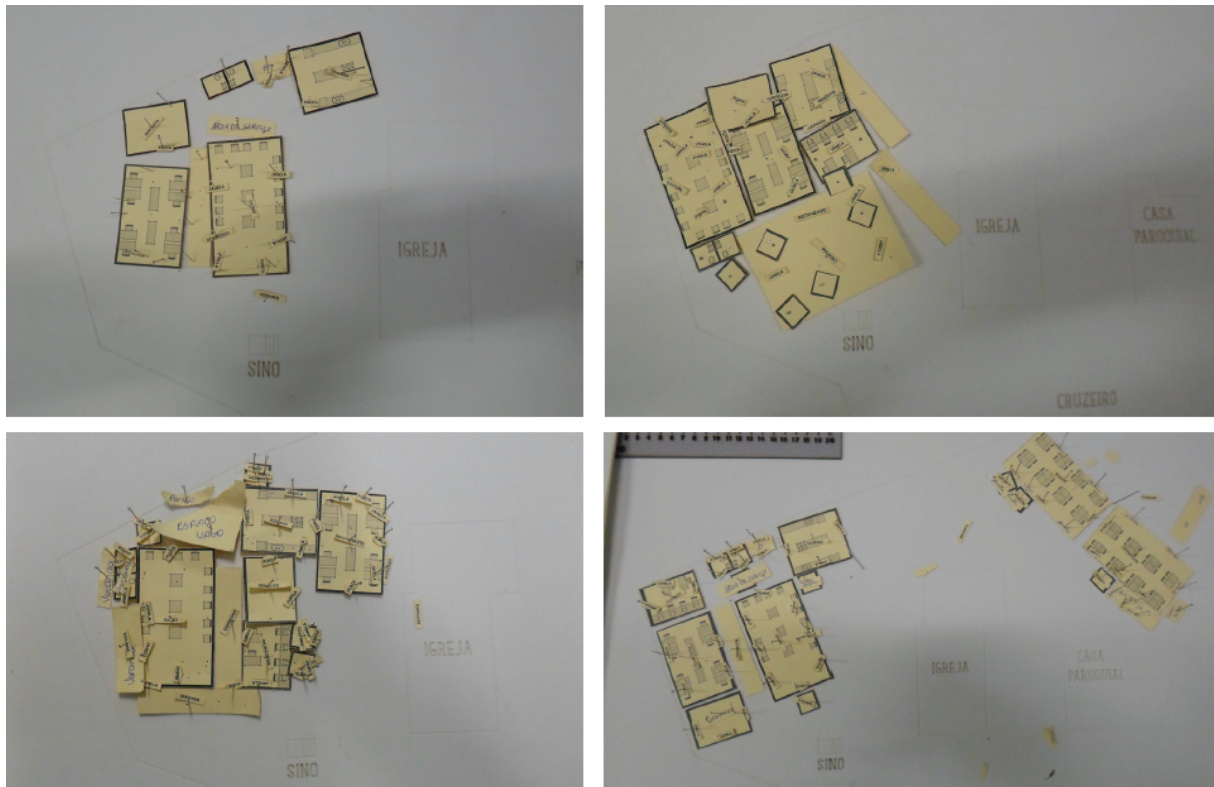


Figura 2 – Propostas dos moradores usando o quebra-cabeça. Fonte: MOM, 2013.

Das propostas dos moradores com o *kit* emergiram definições concretas, tais como a divisão dos usos requeridos em duas edificações (uma de cada lado da igreja) e a organização da cozinha comunitária (fig.2). É provável que o grupo não tenha compreendido todas as implicações espaciais das decisões que tomou, mas a interface promoveu um tipo de engajamento que dificilmente teria ocorrido se trabalhássemos apenas com os meios convencionais de projeto. Não era esperado nem almejado que os moradores tivessem uma leitura clara de desenhos técnicos – aliás, foram bastante criativos em adaptar nossos desenhos às suas ideias –, mas a ação sobre aqueles objetos ajudou a superar a dificuldade de interlocução. Posteriormente, levamos maquetes físicas e digitais apresentando possibilidades a partir das definições anteriores. Os moradores decidiram, sem a nossa presença, o que de fato demandariam da companhia de energia.

Os moradores de Sapé seriam típicos exemplos de pessoas reduzidas a meros portadores de necessidades definidas a partir de fora. A assessoria que lhes propusemos pelo menos os levou a definir uma demanda própria, fazendo emergir um interesse público em contraposição a um projeto imposto heteronomamente.

3. REFORMAS DE CASAS POR MULHERES DA OCUPAÇÃO DANDARA (AUTONOMIA *VERSUS* DEPENDÊNCIA)

Como na maioria das ocupações urbanas organizadas, também na Ocupação Dandara em Belo Horizonte predominam famílias chefiadas por mulheres. Além do trabalho doméstico, elas acabam ficando responsáveis pela produção paulatina das casas (reformas, melhorias, ampliações). Como não costumam ter experiência nem tempo para o trabalho de construção, dependem da contratação (ou da boa vontade) de mão de obra masculina. A pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes de Mendonça (2014) partiu dessa situação, bem como do fato de a produção das casas – à diferença dos projetos de urbanização e equipamentos públicos – não vir recebendo muita atenção de arquitetos e outros profissionais engajados nas ocupações. A assessoria proposta deveria desencadear um processo de melhorias habitacionais protagonizado pelas mulheres e que abrangesse concepção, planejamento financeiro e execução. Em vez de um atendimento individual, seria uma assessoria para um pequeno grupo de ajuda mútua. Depois de algumas dificuldades iniciais para formar esse grupo, três mulheres se dispuseram a experimentar o processo. O roteiro de trabalho previu sete encontros de planejamento e outros sete de acompanhamento da execução. Aqui nos ateremos a apenas alguns aspectos mais relevantes para explicar a diferença entre ganhos de autonomia e criação de novas dependências (para o processo todo, cf. Mendonça, 2014).



Figura 3 – Oficina de levantamento. Fonte: Guedes, 2014, p. 55.

Inicialmente a arquiteta propôs que as mulheres fizessem, elas mesmas, um levantamento arquitetônico de suas casas. Preparou, para cada uma, uma pasta com prancheta, papéis,

post-its, lápis, borracha, trena e câmera fotográfica, para que pudessem medir e registrar o espaço existente, usando fotos e desenhos. Realizou-se então uma oficina em que Carina explicou brevemente como usar os instrumentos e as mulheres começaram a experimentar. (fig.3) Na reunião seguinte haviam de fato medido, desenhado e fotografado as suas casas, sem maiores dificuldades (fig.4).

Mas o processo e a interface (a pasta com os instrumentos) tiveram efeitos mais abrangentes, como bem mostram as entrevistas com as mulheres realizadas mais tarde por Bruno Figueiredo (2014). Elas ficaram motivadas pelo acesso a objetos e códigos normalmente reservados aos especialistas: *"Tô chique demais! Olha pra você ver: trena, máquina fotográfica, tinha tudo. Nó, foi chique demais!"* Elas desmistificaram tais objetos e códigos: *"A gente, ser humano, assusta muito no primeiro instante. Depois que a gente vê que tem capacidade, é muito fácil."* Elas se sentiram valorizadas pelo que realizaram: *"Sabe quando você se sente, assim, uma pessoas que tem valor em alguma coisa, que pode fazer alguma coisa?"* E, mais importante, experimentar o desenho das casas as fez raciocinar sobre seus espaços de uma maneira nova, evidenciando motivos de incômodos e possíveis alternativas: *"Esse negócio de desenhar mudou muito... porque eu vi minha casa de outro jeito."* O desenho, que permite avaliar configurações diversas sem demandar o esforço do trabalho material, aqui deixou de ser instrumento de dominação e se tornou um instrumento de caráter libertador.

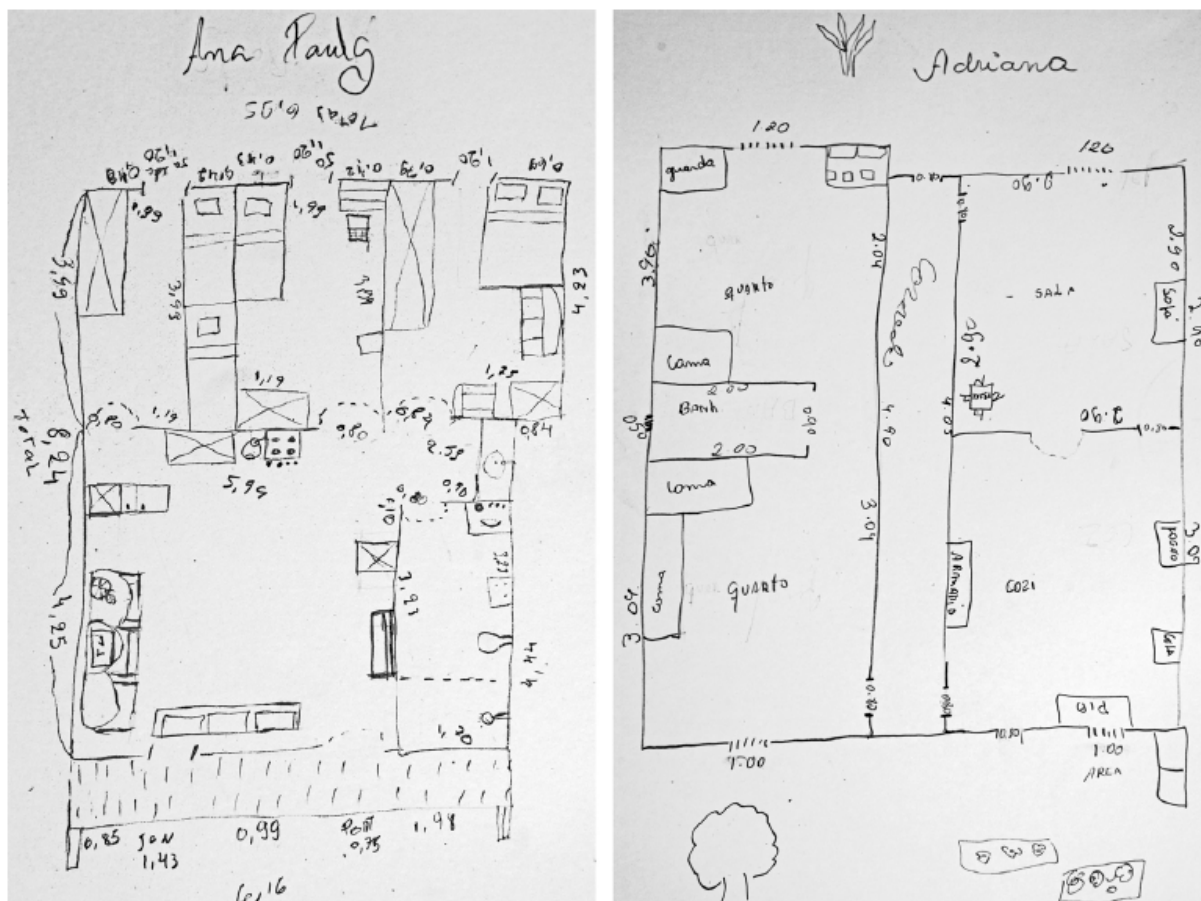


Figura 4 – Desenhos de dois espaços levantados. Fonte: Guedes, 2014, p. 57.

Depois da etapa do levantamento, houve um pequeno desvio para o assistencialismo no processo, porque Carina 'passou a limpo' no CAD os desenhos feitos pelas mulheres. Numa espécie de vício profissional e embora o objetivo do desenho naquele contexto não fosse a elegância gráfica, a aprovação na Prefeitura ou qualquer outra formalidade, ela recorreu à representação técnica em vez de dar continuidade ao *modos operandi* anterior, rumo à maior autonomia das mulheres. Ora, elas mesmas poderiam ter refeito o desenho inicial usando, por exemplo, um papel milimetrado. Obteriam assim uma boa base para calcular perímetros e áreas e orçar materiais e serviços, sem dependerem do auxílio técnico. Ou seja, poderiam usar o mesmo procedimento em outras ocasiões, sem a presença de nenhum agente externo.

Apesar dessa 'recaída', a assessoria seguiu com o planejamento das reformas pelas mulheres, em que foram usadas diversas outras interfaces, como o *kit* mobiliário para leiaute (fig.5). Depois elas fizeram orçamentos, abriram uma poupança conjunta e negociaram em grupo a compra de materiais de construção, obtendo preços melhores. O processo se tornou, cada vez mais, um empreendimento coletivo: “*trabalhando em grupo, a gente aprendeu a respeitar uma o lado da outra, e pedir opinião também delas ... mas é bom que a gente discutia, para ver onde tava o certo ou errado*” (Figueiredo, 2014). Além disso, elas decidiram que deveriam aprender a assentar tijolos, rebocar paredes e fazer instalações

hidráulicas, e Carina contactou uma mestra de obras, que então conduziu uma oficina de construção.

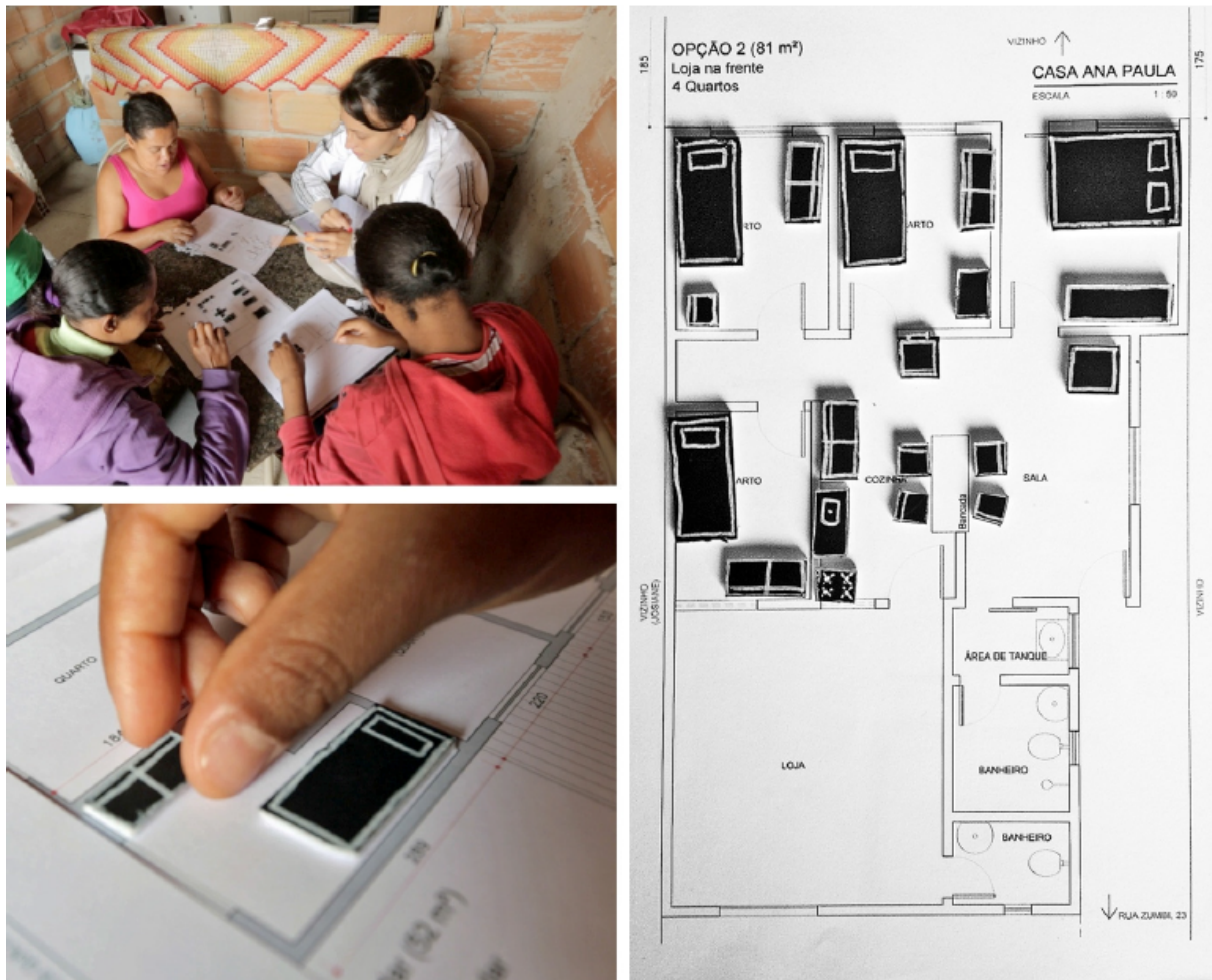


Figura 5 – Kit mobiliário para entender as possibilidades dos espaços. Fonte: Guedes, 2014, p. 64.

É lugar-comum o argumento de que a autoprodução de moradias, usualmente sem nenhum planejamento, acaba gerando desperdício, retrabalho e espaços inadequados para os usos pretendidos. Mas o processo de assessoria às mulheres na Ocupação Dandara mostra que a resposta a esse fato – que é real – não precisa ser um projeto técnico convencional. Recorrendo à distinção de John Turner (1976) entre o *design* (projeto e desenho), que prescreve a ação, e o *plan* (plano), que estabelece limites para a ação, o foco pode e deve estar no planejamento. Ou seja, não se trata de reproduzir o desenho técnico profissional, mas de ampliar a capacidade de prospecção, possibilitando decisões que caibam no orçamento e viabilizem um espaço continuamente planejado, construído e usado pelos seus moradores.

O processo acima descrito não só capacitou as mulheres, como aumentou sua autoconfiança e a solidariedade no grupo. Ficou claro que, com a ajuda de interfaces, uma discreta mediação técnica inicial e a possibilidade de contarem umas com as outras, elas

são perfeitamente capazes de planejar os espaços de suas casas e conduzir a execução de reformas. Os depoimentos explicitam esse ganho de autonomia individual e coletiva e a ruptura de relações de dependência: *"Nossa, fui eu mesmo que construí. ... Aqui em casa a gente colocou a torneira, toda vez que eu passo, ou então que vem alguém aqui, eu mostro ... olha minha torneira que eu coloquei ... eu sei colocar torneira."* *"Eu senti que eu não preciso mais depender dos outros ... eu tenho capacidade de fazer."* Finalmente, o processo também parece ter aumentado a confiança das mulheres em ações coletivas mais amplas: *"Foi maravilhoso porque uniu nós, agora eu já tô fazendo parte da associação com elas"* (Figueiredo, 2014).

4. PRODUÇÃO DO PARQUINHO DA OCUPAÇÃO DANDARA (RUMO À AUTONOMIA COLETIVA)

A coesão do grupo de mulheres apontou a possibilidade de um engajamento que tirasse o foco das casas individuais e fosse dedicado à produção de espaços públicos na Ocupação Dandara. Pode parecer que esse tipo de engajamento estaria dado de antemão numa ocupação organizada. Mas de fato muito da imagem de comunidade – coesão e solidariedade (cristã) – surge nesse contexto mais em função dos enfrentamentos institucionais e por imputação de apoiadores externos do que a partir de uma construção consciente daquilo que, com Marx, se chamaria de comunidade autônoma ou real (Pogrebinski, 2009). O trabalho de mestrado da arquiteta Helena Lana (2016) partiu dessa ambígua constelação, dando continuidade à assessoria iniciada por Carina e, ao mesmo tempo, tentando contrapor à mera imagem de comunidade ações coletivas na direção de uma comunidade real. A investigação foi pautada na hipótese de criar interfaces com as quais os moradores se engajariam para se informar e experimentar possibilidades (Kapp, Baltazar e Morado, 2008), evitando aquela prevalência da mediação do técnico que, à revelia das melhores intenções, acaba reproduzindo os preconceitos de sua própria origem social e formação cultural (Kapp et al, 2012).

Helena conseguiu articular um grupo de mulheres, homens e crianças interessados no experimento, que vem se mantendo coeso desde 2014 com a meta de construir um equipamento público. O processo tem sido moroso, interditado a cada passo por boicotes e conflitos com outros grupos, de dentro e de fora da Ocupação (moradores, movimentos organizados, técnicos, acadêmicos e políticos). Inicialmente, haviam decidido que o dito equipamento seria uma creche num terreno que já estava reservado para esse fim. Porém, a creche teria um peso simbólico e político tão relevante, que se tornou objeto de disputa por lideranças de diversas frentes, em particular de movimentos sociais externos. O grupo acabou abandonando a ideia inicial e decidiu pela construção de um parquinho, cujo local de implantação também foi polêmico. Sem detalhar as longas negociações que se seguiram, vamos nos concentrar aqui no que foi possível desenvolver pela assessoria com o uso de

interfaces. Mas antes cabe enfatizar que as idas e vindas do processo evidenciaram, por um lado, a naturalidade com que dependências externas são perpetuadas, mesmo por indivíduos bem intencionados, e, por outro lado, a capacidade de organização dos moradores para além do que preconizam os agentes externos e apesar de todos os constrangimentos. Ainda que de forma incipiente, o processo de produção do parquinho na Dandara tem gerado pequenas ações do grupo que podem ser lidas como características de comunidade real, em contraponto à usual submissão a relações consolidadas de poder.



Figura 6 – Grupo de moradores usando a interface de espacialidade do MOM para testar tamanho de espaços imaginados. Fonte: Helena Lana, 2016.

O processo de assessoria propriamente dito se iniciou com a apresentação de um repertório de brinquedos existentes. Já nesse momento houve um episódio digno de nota. Helena começou a apresentar imagens, incluindo desde brinquedos automatizados de parques de diversões até os brinquedos criados por Aldo van Eyck, que privilegiam o engajamento corporal e, dado que não figuram nenhum objeto (foguetes, cavalinho etc.), deixam às crianças a narrativa de suas brincadeiras. No meio da apresentação, uma moradora a interrompeu, dizendo que ela demonstrava uma clara preferência pelos exemplos de van Eyck e que isso estava induzindo as crianças e impedindo que formulassem suas próprias opiniões. Ou seja, embora Helena tenha tentado mobilizar informações sem preconceitos, prevaleceu o hábito profissional de 'saber o que é bom para os outros'. A moradora tomou então a palavra e apresentou as imagens, ela mesma, sem juízo de valor, colocando questões mais práticas sobre as possibilidades de produção de cada coisa que era mostrada.

Depois disso, ainda com o propósito de ampliar o imaginário do grupo sobre o que poderia ser construído, foi proposta a já mencionada oficina de fotografia (nesse caso usada para afiar a percepção acerca de como e onde as crianças da Ocupação já costumam brincar) e foi usada a chamada interface de espacialidade (um *kit* de tubos de PVC, articulações e tecidos que permite montar estruturas relativamente grandes sem muito esforço), usada para aprofundar a percepção mais geral das relações entre corpo e espaço (fig.6).

As etapas seguintes da assessoria tinham por intuito a definição e o orçamento do parquinho. Helena produziu uma maquete aberta, com representações em escala dos componentes mencionados em encontros anteriores e com material que possibilitava a invenção de novos componentes, de modo que os moradores puderam definir toda a configuração (fig.7). E ela lhes forneceu um 'orçômetro', com preços dos materiais a serem usados, possibilitando que os moradores checassem o custo do que propunham.



Figura 7 – Componentes em escala para a definição do parquinho. Fonte: Helena Lana, 2016.

O grupo assessorado de fato conseguiu produzir o parquinho (fig.8), mas os conflitos mencionados acima não cessaram, a ponto de a construção sofrer vandalismo, notoriamente incitado por uma das lideranças em disputa na Ocupação. Ainda assim, nos parece que o processo mostrou a capacidade de organização dos moradores e mostrou que é mais fácil o grupo assessorado tomar a rédea no contexto de uma mediação técnica com interfaces do que quando o arquiteto chama para si toda a responsabilidade e poder.



Figura 8 – Parquinho da Dandara antes do vandalismo. Fonte: Helena Lana, 2016.

5. JOGO OCUPE (AMPLIAÇÃO DO IMAGINÁRIO VERSUS PRESSUPOSTOS ABSTRATOS)

A questão da assessoria nas ocupações organizadas evidentemente não se esgota na escala das casas e dos equipamentos públicos, mas pode e deve se estender ao planejamento do espaço urbano. Esse vem sendo abordado de maneira convencional pelos técnicos que apoiam as ocupações, com os mesmos pressupostos abstratos e genéricos que regem a urbanização formal: lotes individuais, privilégio de vias para carros, setorização

entre áreas residenciais e comerciais, monofuncionalidade dos espaços públicos etc. Ademais, o *desenho* urbano – diferente do *plano* urbano – já foi naturalizado pelos movimentos sociais como uma condição *sine qua non* para o enfrentamento institucional.

O trabalho de graduação em Arquitetura e Urbanismo de Tiago Cícero Alves (2014) começou por idealizar uma alternativa para lidar com essa questão na Ocupação Rosa Leão em Belo Horizonte, mediante uma cartografia digital colaborativa (com base no Ushahidi). Porém, já num breve levantamento do local ficou evidente que tal cartografia não teria nenhuma utilidade, pois a maioria dos moradores não tem acesso à internet, nem está preparada para discutir conflitos sutis da esfera pública ou disposta a promover uma união para além da resistência conjunta à ameaça de remoção.



Figura 9 – Peças do jogo *Ocupe*. Fonte: Tiago Cícero Alves, 2014.

Foi se delineando então a possibilidade de mobilizar os moradores para um debate sobre o plano urbano partindo de um jogo. O resultado foi o jogo denominado *Ocupe*, composto por um tabuleiro com uma malha ortogonal, cinco conjuntos de cartas (Nova família, Infraestrutura, Assembleia, Ação interna e Ação externa), um dado com as cores das cartas e peças diversas que representam casas, comércio, equipamentos públicos e infraestrutura (água, luz, drenagem, fossa, pavimentação, jardins, hortas etc.). A quantidade de edificações foi calculada para que a densidade construtiva no tabuleiro se assemelhasse à

de ocupações urbanas existentes em Belo Horizonte. O ideal é que *Ocupe* seja jogado por seis pessoas, que começam com a montagem das cartas de suas próprias famílias e implantam suas casas e a infraestrutura de abastecimento de luz e água no tabuleiro que simula a área a ser ocupada. A partir das outras cartas que vão tirando, tomam decisões em conjunto sobre organização do espaço e melhoria da infraestrutura para acomodar novas famílias, além de vários outros aspectos, incluindo estratégias de resistência a agentes externos.

Interessa-nos apontar o potencial de questionamento dos pressupostos abstratos da urbanização formal que o jogo oferece e que o torna promissor como interface para iniciar a assessoria técnica na escala urbana. Quando foi jogado na Ocupação Paulo Freire (fig.10), por exemplo, os jogadores começaram convictos de que a única possibilidade de moradia seriam casas unifamiliares em lotes individuais. O jogo incitou uma discussão sobre a possibilidade de verticalizar a ocupação, ajuntando famílias por afinidade, incorporando comércio às edificações e ultrapassando a lógica do lote privado.



Figura 10 – *Ocupe* sendo jogado na Ocupação Paulo Freire em 2015. Fonte: Tiago Cícero Alves, 2015.

Contudo, ainda que tal jogo mobilize o imaginário dos moradores de ocupações para além da dependência que mutuamente estabelecem com agentes externos, a possibilidade de autonomia lhes é interditada por todos os lados, principalmente pelas violentas disputas de poder nas ocupações. Obviamente o jogo não dá conta de lidar com tamanho constrangimento, mas aponta a mobilização do imaginário como um primeiro passo da assessoria técnica para urbanização de uma ocupação.

6. REDE DE IDEIAS CATAS ALTAS (RETOMADA DO POLÍTICO)

Numa escala ainda mais abrangente que a da ocupação urbana estão pequenos municípios e distritos rururbanos, consolidados mas com evidentes problemas de renda e falta de mobilização dos moradores. O caso de Catas Altas em Minas Gerais é emblemático. O município tem cerca de 5.000 habitantes, sendo que metade mora na região urbanizada. A presença de mineradoras eleva o PIB do município a R\$74.428,30 *per capita*, três vezes maior do que o de Belo Horizonte, enquanto a renda média mensal *per capita* é de R \$594,22, uma das mais baixas de Minas Gerais (Arruda, 2014).

No intuito de ampliar as possibilidades de engajamento dos moradores de Catas Altas nas decisões políticas e contra a hegemonia das mineradoras, o trabalho de mestrado de Guilherme Arruda (2014) partiu da contraposição de Hannah Arendt (2011) entre esfera social (espaço e questões públicos dominados por interesses individuais) e esfera pública (discussão política de questões de interesse público). Ao longo de 2013 e 2014 Guilherme desenvolveu uma série de atividades em Catas Altas, buscando entender a população e as características desejáveis numa interface para sua mobilização. De novo, destacamos apenas alguns dos pontos levantados.

Logo no início do processo foi proposto o Catas Cine Clube (CCC), um circuito de cinema de rua que deveria atrair as pessoas, introduzir assuntos de interesse público para discussão e testar possibilidades de engajamento participativo em Catas Altas. Como o *facebook* era o meio mais popular para comunicação na cidade, inclusive entre os moradores mais velhos, foi criada uma página para o CCC, 'curtida' por 371 pessoas. Antes de cada sessão do CCC eram postados, para escolha popular, opções de filmes e de espaços públicos para a exibição. As sessões aconteciam em locais bem variados e, depois do filme, algumas pessoas sempre ficavam para discussões. Tais discussões se restringiam a temas levantados pelos filmes e raramente se ampliavam na direção da política da cidade, indicando que não bastaria essa iniciativa para um retomada da esfera pública. Por outro lado, percebemos que os debates extrapolaram interesses individuais e que propiciaram pluralidade, fazendo entrar em diálogo pessoas que usualmente não conversavam, seja por não frequentarem os mesmos lugares ou por pertencerem a classes sociais distintas.

Outra atividade a destacar foram as entrevistas sobre a condição sócio-espacial dos moradores, pois apontaram o potencial dos mapas para ampliar a consciência acerca dos interesses públicos. Repostas a perguntas simples como "onde moram as pessoas com as quais você mais se relaciona", "quais os lugares que mais frequenta e onde identifica algum problema", quando sistematizadas sobre o mapa da cidade, revelaram redes de relações que a própria população desconhecia.

Características percebidas nessas duas atividades informaram a produção da Rede de Ideias Catas Altas (RICA), uma interface que tem como base o mapa da cidade impresso num acrílico preto, um painel de led com perguntas que estimulam o interesse público,

bolinhas de luz para marcar lugares no mapa, luzes interativas que iluminam regiões do mapa com as respostas dos usuários e a disponibilização na internet da síntese das informações coletadas para futuros diálogos plurais online (fig.11).

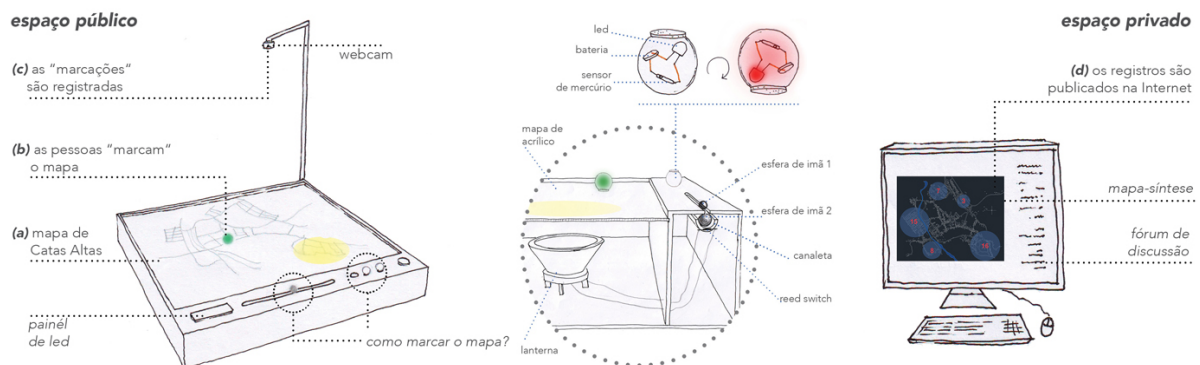


Figura 11 – Esquema de funcionamento da interface RICA. Fonte: Guilherme Arruda, 2014.

RICA foi testada em Catas Altas com aproximadamente 80 pessoas em 2014. Inicialmente esperava-se discussões apenas no ambiente online a partir da síntese de respostas individuais. Surpreendentemente, houve uma mobilização de pessoas no próprio espaço público, em volta da interface, com diálogos para além do proposto pelo painel de led, muitas vezes evidenciando a segregação espacial e o preconceito social na cidade.

A interface foi usada pela primeira vez para mobilizar as pessoas para uma sessão do CCC. O painel de led solicitava que iluminassem no mapa o local onde o próximo filme deveria ser exibido. Um senhor se aproximou e iluminou o centro da cidade, comentando que ali o público seria mais seletivo. Disse que *"pessoas menos instruídas não têm modos [...] e falam alto"*. Uma menina retrucou que o objetivo da interface era justamente o contrário: o cinema num espaço do qual todos participassem. Outro menino argumentou que, com ou sem *"conversas altas"*, importava misturar o público porque isso era uma situação rara em Catas Altas. Não sabemos se o senhor se convenceu, porém é fato que foi contrariado com bons argumentos. Sem mediação de agentes externos, a interface promoveu a abertura para que pessoas que não se relacionam no cotidiano e que têm opiniões diversas sobre a cidade entrassem em diálogo.



Figura 12 – RICA sendo usada em Catas Altas e sistematização para web dos lugares mal cuidados.
Fonte: Guilherme Arruda, 2014.

Em outra ocasião, no bairro Vista Alegre, o mais pobre da cidade, a interface solicitava que as pessoas marcassem sua moradia e iluminassem um lugar que consideravam mal cuidado (fig.12). Um grupo se formou ao redor da interface tecendo comentários sobre as respostas. Uma menina marcou sua casa no próprio Vista Alegre e em seguida iluminou a região da estação de tratamento de esgoto da cidade, que curiosamente fica no bairro mais abastado de Catas Altas, o Vila Rica. Imediatamente uma mulher se manifestou: “*Não! Eles já têm tudo! Você tem que marcar um lugar aqui no bairro, que é todo mal cuidado!*”. A menina refletiu um pouco e depois insistiu que a estação de tratamento de esgoto precisava ser melhorada, independentemente de sua localização. Depois disse à mulher, “*sua vez de responder*”, convidando-a a formular melhor suas ideias e entrar num diálogo.

É comum que em processos participativos se enfatizem desejos individuais dos participantes, com perguntas como “o que você faria se essa praça fosse sua?” ou “o que você gostaria que tivesse aqui?”. Elas fazem com que as pessoas se sintam incluídas, mas pouco ou nada ampliam a reflexão sobre espaços e interesses comuns, evitando uma construção imaginária coletiva de retomada da esfera pública e ainda reforçando o que Arendt chama de esfera social. Por isso, perguntas simples e bem formuladas sobre a cidade e suas contradições são cruciais para direcionar a atenção dos moradores para o interesse público, em vez dos interesses privados.

O uso da interface RICA deixou claro que, apesar de não promover ações diretas no espaço, ela mobilizou interlocuções, seja pelos temas, seja pela pluralidade dos interlocutores, que há muito não aconteciam em Catas Altas. Após o uso da interface na cidade um grupo de moradores iniciou uma página no *facebook* para dar continuidade às “ideias para Catas Altas”. Contudo, o formato do *facebook* induz ao monólogo (*post*) e

dificulta o diálogo. A linearidade com que as contribuições são ordenadas é pouco efetiva para o debate de ideias ainda incipientes e para que se chegue a proposições coletivas. Em Catas Altas faltou continuidade da assessoria – eventualmente com o desenvolvimento de outras interfaces – para que o processo chegasse a consolidar um fórum público autossuficiente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que soe pretensioso, nos parece possível começar a vislumbrar um método de assessoria técnica para lidar com diferentes escalas em ambientes urbanos e rururbanos. Nos ateremos aqui a retomar as diretrizes que apresentamos inicialmente pensando-as do ponto de vista da mediação.

Em todas as situações fica evidente a presença da mediação dos técnicos, em maior ou menor grau dependendo do grupo assessorado, do tipo de assessoria e da postura dos próprios técnicos. No caso de Sapé a mediação foi condição para mobilizar o grupo. Apesar de termos usado várias interfaces, isso sempre acontecia com nossa presença, principalmente devido à natureza do produto esperado: um projeto. Contudo, assumir desde o início a assimetria entre os participantes possibilitou o avanço dos moradores na direção de formularem suas próprias demandas em vez de ficarem paralisados diante de uma pretensa simetria que lhes imputaria necessidades.

Nos casos das assessorias na Dandara, a assimetria é também um pressuposto e a mediação vai sendo deslocada dos técnicos para as interfaces dependendo da escala de atuação. Nos casos da produção das casas e do parquinho, a mediação dos técnicos é discreta, embora necessária (mesmo que em ambos os casos as arquitetas tenham pontualmente reproduzido vícios de suas práticas convencionais, introduzindo mediação técnica onde não seria necessária). O uso das interfaces propostas por Carina promoveu pequenos ganhos de autonomia individual e coletiva em situações em que, num processo convencional, são criadas dependências de agentes externos (levantamento arquitetônico, concepção de melhorias usando desenho e construção). O mesmo aconteceu com a sequência de procedimentos e interfaces proposta por Helena para a produção do parquinho, embora esse caso aponte mais veementemente na direção da autonomia coletiva. Houve uma mobilização do imaginário dos participantes sobre tipos de brinquedos existentes, suas próprias práticas de brincar e sua percepção espacial, o que possibilitou uma discussão bastante informada para a concepção coletiva do parquinho e testes usando interfaces.

A mobilização do imaginário visando autonomia coletiva está presente também no jogo proposto por Tiago e na interface de Catas Altas. Em ambos os casos, houve um processo longo de produção das interfaces, permeado por muita mediação técnica, mas ambas as

interfaces prescindem da presença de um técnico para que sejam usadas. Nesses casos assumir a assimetria entre técnicos e moradores deixa de ser questão. No caso do jogo, pressupostos abstratos, usualmente acatados, foram questionados e novas possibilidades imaginadas a partir das práticas espaciais concretas dos moradores. No caso da interface de Catas Altas, o conhecimento dos moradores acerca das relações sócio-espaciais invisíveis no território foi valorizado e sistematizado para discussão coletiva. Esse caso aponta para a retomada da esfera pública (do político), quando moradores engajam em diálogos sobre assuntos de interesse comum sem a prevalência de interesses individuais.

Vale ressaltar que, independente de parecerem bem sucedidos, todos os processos aqui apresentados são extremamente frágeis, facilmente paralisáveis e carecem de encadeamento com outras ações de assessoria. Sapé se beneficiaria de mediação para dar sequência nas negociações para que os projetos fossem executados; as mulheres da Dandara estão em vias de dar continuidade na execução de suas casas com uma nova etapa do trabalho de mediação da Carina; o parquinho foi vandalizado e os moradores se beneficiariam de algum tipo de mediação que os mobilizasse para que recobrassem o entusiasmo; os moradores das ocupações e de Catas Altas se beneficiariam de continuidade na assessoria para que fossem capazes de ir além da mobilização do imaginário na direção da atuação propositiva de planejamento e política públicos.

Como já escrevemos em outro lugar (Baltazar e Kapp, 2010) a mediação técnica é dos males o menor, mas ainda é um mal, pois tende a reproduzir os 'preconceitos' dos técnicos. Escapar da mediação como mal é tarefa do ideal de assessoria que propomos em contraponto à assistência técnica. Para isso nos valem da mediação com interfaces em todos os casos em que isso nos parece possível. Contudo, a mediação técnica se mostra necessária nos processos de desenvolvimento de interfaces e nos intervalos de uso de interfaces nas assessorias, tanto para promover conexões entre as etapas, quanto para levantar novas situações para produção de novas interfaces.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos estudantes de graduação (EAUFMG) e mestrado (NPGAUFMG) envolvidos nas diversas pesquisas que integram a assessoria técnica que vimos desenvolvendo, e também aos diversos assessorados que se dispuseram a experimentar as propostas. Os projetos de pesquisa dos quais resultou este artigo foram financiados com recursos da FINEP, do CNPq, da CAPES e da FAPEMIG.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Tiago Cicero. *Ocupe*. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo Diurno, orientado por Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, Dezembro de 2014.

Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 [1958].

Arruda, Guilherme. *Do discurso ao diálogo: interfaces físico-digitais no espaço urbano para a retomada da esfera pública*. Dissertação de Mestrado orientada por Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Escola de Arquitetura da UFMG, Novembro de 2014.

Baltazar, Ana Paula; Kapp, Silke. "Against determination, beyond mediation". In: Florian Kossak, Doina Petrescu, Tatjana Schneider, Renata Tyszcuk, Stephen Walker. (Org.). *Agency: working with uncertain architecture*. Abingdon: Routledge, 2010.

Brasil. *Lei 11.888*, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acessado em: 05 jun. 2016.

Figueiredo, Bruno. *Arquitetura na periferia: uma experiência*, Julho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cHSG8tiFMwo>> Acessado em: 02 jun. 2016.

Illich, Ivan. "Needs". Manuscrito não terminado e não publicado. Bremen, 1990.

Illich, Ivan. "To hell with good intentions". 1968 . Disponível em: <http://www.swaraj.org/illich_hell.htm>. Acessado em: 04 jun. 2016.

Kapp, Silke; Baltazar, Ana Paula; Morado, Denise. "Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture". *Field: a free journal for architecture*, vol. 2, no. 1, Oct 2008, pp. 7–30. Disponível em: <<http://www.field-journal.org/index.php?page=journal-2>>. Acessado em: 05 jun. 2016.

Kapp, Silke; Baltazar, Ana Paula; Campos, Rebekah; Magalhães, Pedro; Milagres, Lígia; Nardini, Patrícia; Olyntho, Bárbara; Polizzi, Leonardo. "Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação". In: *Anais do CTHab 2012 – IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia – Inovação e Responsabilidade*, Florianópolis: PósARQ/UFSC e ACE/SC, 2012.

Kapp, Silke. "Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo". no prelo, 2016.

Lana, Helena F. A. M. M. *Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria*. Dissertação de Mestrado orientada por Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Escola de Arquitetura da UFMG, Julho de 2016.

Mendonça, Carina Guedes de. *Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*. Dissertação de Mestrado orientada por Silke Kapp. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Escola de Arquitetura da UFMG, Julho de 2014.

Nahoum, Benjamin (ed.). *Una historia con quince mil protagonistas: Las cooperativas de vivienda por ayua mutua uruguayas*. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo y Junta de Andalucía, 2008 [1999].

Pogrebinschi, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Turner, John. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London and New York: Marion Boyars, 1976.